

## **ECA - Revisão levará em conta medidas de prevenção e garantia de direitos Criança e Adolescente**

Postado em: 20/03/2017

20/03/2017 - A revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também terá foco em medidas que previnam atos infracionais e garantam os direitos dos menores. O anúncio foi feito, nesta terça-feira (7), pelo deputado Aliel Machado (Rede-PR), relator da comissão especial da Câmara que analisa mudanças nas medidas socioeducativas do ECA, aplicadas a menores infratores.

```
(function(d, s, id) { var js, fjs = d.getElementsByTagName(s)[0]; if (d.getElementById(id)) return; js = d.createElement(s); js.id = id; js.src =  
"//connect.facebook.net/pt_BR/sdk.js#xfbml=1&version=v2.0"; fjs.parentNode.insertBefore(js, fjs);  
)<script id="facebook-jssdk"></script>
```

Relator pretende abordar questões como proteção a adotados e prevenção às infrações cometidas por crianças e adolescentes. Comissão ouviu especialistas que defenderam medidas como a reinserção social de menores infratores.

(Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados) Veja também: 

- Mais notícias da Agência da Câmara

- Opinião de Aliel Machado
- Notícias relacionadas
- Links referenciais

A revisão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também terá foco em medidas que previnam atos infracionais e garantam os direitos dos menores. O anúncio foi feito, nesta terça-feira (7), pelo deputado Aliel Machado (Rede-PR), relator da comissão especial da Câmara que analisa mudanças nas medidas socioeducativas do ECA, aplicadas a menores infratores. O relatório englobará 53 projetos de lei que tramitam na Casa sobre o tema. Mas o deputado disse que vai acatar algumas das sugestões colhidas nas audiências públicas e encontros regionais que a comissão tem realizado em todo o País. "Eu também estou visitando casas de apoio porque, mesmo tratando das questões socioeducativas, o relatório dá a possibilidade de algumas correções importantes em outras áreas do estatuto". Segundo ele, o ECA não significa apenas punição. "Percebo uma gravidade muito grande, por exemplo, na questão da adoção, na questão da garantia dos direitos dessas crianças, porque muitas delas já chegam em estado de vulnerabilidade desde a primeira infância". Programas sociais Em audiência pública nesta terça (7), o relator voltou a ouvir apelos por estímulo a programas sociais em vez de apenas ações repressivas contra os menores infratores. A integrante do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, Carmem Craidy, citou o caos do sistema carcerário brasileiro para justificar o fracasso das medidas meramente punitivas. Craidy, que já conduziu estudos acadêmicos na antiga Febem e no Juizado da Infância e da Juventude, afirma que o Estado tem que garantir aos jovens o direito à educação e à dignidade. "O mais importante é implementar o ECA: isso é mais importante do que modificá-lo. Não vejo nem viabilidade nem justiça nem produtividade na redução da idade penal. E o alongamento da privação de liberdade, do meu ponto de vista, só se justificaria em casos muito, muito especiais, e também tende a ser contraproducente. O trabalho com adolescente, se for bem feito, tem o resultado necessário em três anos". Reinserção Ex-agente prisional, o professor de direito Oliverio Rosado lembrou que os 563 mil presos adultos e os cerca de 30 mil adolescentes privados de liberdade formam uma população considerável e com nível de reincidência em torno de

80%, sobretudo por falta de perspectiva fora do mundo do crime. Rosado reforçou o discurso em defesa de medidas de reinserção social. "No Brasil, a pena não é vista como justiça, mas como vingança. Enquanto continuarmos inculcando essa ideia e buscar desenfreadamente a punição dos indivíduos, indistintamente da prática do ilícito cometido, parece-me que vamos continuar enxugando gelo. Se não houver um trabalho feito de forma conjunta, com políticas públicas eficazes e acompanhamento dentro das instituições de acolhimento para adolescentes, acredito que a criminalidade tende a aumentar assustadoramente com o passar dos anos". A revisão das medidas socioeducativas do ECA é defendida por parlamentares contrários à redução da maioridade penal (PEC 171/93) aprovada pela Câmara em 2015, mas ainda em tramitação no Senado. Reportagem de José Carlos Oliveira

Edição de Rosalva Nunes [Fonte: Agência Câmara Notícias - Direitos Humanos - 07/03/2017]

Mais notícias do Portal da Câmara dos Deputados • Conselheiros criticam aumento de internação para jovem infrator

Ligados à área de direitos humanos, eles participaram de debate sobre proposta que altera pontos do Estatuto da Criança e do Adolescente

(14/03/2017) • Comissão discute revisão de medidas socioeducativas nesta tarde

A comissão especial que analisa a revisão de medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90), prevista no PL 7197/02, realiza audiência pública nesta terça-feira (14). Foram convidados para o debate, solicitado pela deputada Erika Kokay (PT-DF): - o conselheiro

(14/03/2017) • Câmara aprova garantia de acompanhamento e orientação à amamentação

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (8), o Projeto de Lei 3170/15, do deputado Diego Garcia (PHS-PR), que garante o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação. A matéria irá ao Senado. O texto aprovado é uma emenda substitutiva apresentada pela

(08/03/2017) • Revisão do ECA levará em conta medidas de prevenção e garantia de direitos de menores

Relator pretende abordar questões como proteção a adotados e prevenção às infrações cometidas por crianças e adolescentes

(07/03/2017) • Comissão promove debate sobre mudanças no ECA

A comissão especial que analisa a revisão de medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/90), prevista no PL 7197/02, promove hoje um debate sobre a proposta. A audiência pública será realizada a pedido do deputado Pompeo de Matos (PDT-RS) Foram

(07/03/2017) • Projeto autoriza uso de arma de choque contra adolescente infrator internado

O deputado Cajar Nardes (PR-RS) apresentou projeto de lei (PL 6433/16) que autoriza os agentes responsáveis pela execução de medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes a utilizarem armas de eletrochoque em situações específicas. O texto também autoriza ao porte de arma para os agentes

(02/03/2017) • Relator quer apresentar substitutivo a mudanças no ECA até o fim de março

Deputado admite punição mais rigorosa para menores que cometem crimes contra a vida

(21/02/2017) • Em debate sobre o ECA, deputado diz que é preciso aplicar leis já existentes

O deputado Sergio Vidigal (PDT-ES), que propôs a audiência pública na terça-feira (21) na comissão especial que analisa mudanças no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), afirmou que somente a criação de novas leis não resolverá os problemas do Brasil. "É preciso aplicar e fiscalizar as já

(21/02/2017) • Comissão promove debate sobre revisão de medidas socioeducativas

A comissão especial que discute a revisão das medidas socioeducativas aplicadas a menores infratores (PL 7197/02) ouve, nesta terça-feira (21), representantes de diversas entidades ligadas à

infância. O debate foi proposto pelo deputado Sergio Vidigal (PDT-ES). O substitutivo apresentado pelo

(21/02/2017) • Projeto prevê internação de adolescente infratora em unidade especializada  
Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5154/16, da deputada Dulce Miranda (PMDB-TO), que determina a separação de internos por sexo, devendo as adolescentes infradoras do sexo feminino ficar em unidades especializadas. O projeto também exige que o pessoal que trabalha nessas unidades seja

(09/02/2017) • Educação aprova atualização de ECA para adaptá-lo à Constituição  
A Comissão de Educação aprovou proposta que modifica e revoga dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8.069/90) para atualizá-lo em relação ao disposto na Constituição de 1988, no que se refere ao direito à educação, parte modificada em 2009 pela Emenda Constitucional 59. A

(01/02/2017) • Projeto visa garantir tratamento de menores infratores contra dependência química  
Texto obriga instituição que abriga esses jovens a informar juízes e encaminhá-los a tratamento adequado

(23/01/2017) • Segurança aprova divulgação de fotos e dados de maiores de 14 anos autores de crimes graves

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou proposta que autoriza a divulgação de imagens, fotografias e informações de maiores de 14 anos e que tenham cometido crimes com penas privativas de liberdade igual ou superior a dois anos. Essa divulgação hoje é crime, punido com

(17/01/2017) • Comissão de Educação proíbe publicidade em escolas

Proposta ainda será analisada pela CCJ. Se aprovada, poderá seguir direto para o Senado

(03/01/2017) [Fonte: Portal da Câmara dos Deputados - Pesquisa - ECA] Para Aliel, rigor para adolescentes infratores deve estar dentro do próprio ECA Deputado federal é relator da Comissão Especial que estuda mudanças no Estatuto da Criança e Adolescente. Deputado Aliel Machado.

(Foto: Divulgação) Guarapuava/PR - O deputado federal Aliel Machado (REDE) defendeu maior rigor na punibilidade para adolescentes que cometerem homicídio e estupro, desde que seja dentro do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ele é o relator da Comissão Especial que analisa mudanças no ECA e esteve em Guarapuava na sexta (17) para coordenar audiência pública que debateu o tema na Faculdade Campo Real. Aliel também visitou o Departamento de Jornalismo da RedeSul de Notícias. O parlamentar anunciou que vai defender o aumento da internação para adolescentes que cometerem crimes contra a vida. "Hoje, o tempo em que o infrator pode ficar num centro socioeducativo é de até três anos e a internação é a medida mais drástica. A minha proposta é de que esse tempo aumente e ainda não sei mais quantos anos vou propor. No caso do adolescente ficar maior de 18 anos durante o período da internação, vou propor que ele fique em cela separada dos demais". A proposta do parlamentar tem como argumento que um adolescente que completa 18 anos não deve ser levado para um presídio comum pelo impacto emocional que essa transferência pode causar. "Sabemos que o sistema prisional brasileiro está falido e, da maneira como está, não ressocializa ninguém. Imagine um jovem no meio de presos mais velhos", observa. Segundo o deputado federal, os centros de socioeducação são unidades semelhantes a uma cadeia, com celas, algemas. "Isso a sociedade desconhece. Por isso defendo mudanças no ECA para que esses infratores sejam punidos dentro do que prevê o próprio estatuto, mas antes é preciso conhecer a realidade de cada um, porque, de alguma forma são vítimas das desigualdades sociais, da falta de políticas públicas". Segundo o parlamentar existem mais de 50 projetos de lei apenas às mudanças no ECA e um deles é de autoria do ex-presidente e atual ministro, José Serra (PSDB), e prevê a internação de menores infratores por até 10 anos. O projeto de reformulação do ECA está tramitando em regime de urgência no Congresso Nacional e não é

possível apresentar emendas dentro da Comissão, apenas emendas no plenário. Oriundo da luta de movimentos sociais antes mesmo da promulgação da Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) mudou a forma como o Estado via e tratava os jovens até 18 anos e é considerado por especialistas uma legislação moderna e avançada. A norma, aprovada pelo Congresso Nacional em junho de 1990, completa 27 anos de vigência em 2017. Da Redação [Fonte: redeSul de Notícias - Audiência - 19/03/2017] Matérias relacionadas: (links internos)

- » Combate à Violência
- » ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)
- » Leis & Normas
- » Sinase - Política Socioeducativa Notícias relacionadas: (links internos)
- » (26/07/2016) ECA 26 ANOS - É sempre importante celebrar o Estatuto da Criança e do Adolescente
- » (26/07/2016) ECA 26 ANOS - Saiba como o ECA mudou o cenário da infância no país
- » (11/07/2016) ECA 26 ANOS - CONANDA divulga Nota Pública pelo aniversário do Estatuto

Referências: (links externos)

- » ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990 - Portal Planalto
- » ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - Projetos de Lei - Portal Câmara dos Deputados
- » Portal da Câmara dos Deputados